

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Em busca de um futuro produtivo

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 01.09.18

Caderno: Economia

Página: A5

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Ação empresarial debate propostas para o desenvolvimento da economia do Amazonas

Em busca de um futuro produtivo

Empresários da indústria, comércio e agricultura vão apresentar aos candidatos a governador propostas consideradas fundamentais para retomada do crescimento econômico e da segurança para a população do Amazonas. Em reunião ontem (31), a Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) e o Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas) consolidaram 11 propostas. A ACA (Associação Comercial do Amazonas) também apresentou cinco propostas.

O documento final, que também vai incluir demandas apontadas pela Federação do Comércio do Estado do Amazonas e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas, será entregue neste mês em reunião na Fieam aos respectivos candidatos.

O 1º vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo, disse que as propostas, elaboradas pela

Ação Empresarial do Amazonas, contribuem para o debate com vistas a soluções para os problemas que afetam, sobretudo, o setor produtivo, como a ausência de infraestrutura, que eleva os custos e reduz a competitividade industrial.

“Somente com a garantia da competitividade poderemos dinamizar a economia do Estado,

aumentando a produção, criando novos empregos, expandindo a renda e gerando crescente arrecadação tributária, necessária para transformar a condição social”, disse Azevedo.

As propostas foram relatadas pelo assessor econômico da Fieam, eco-

nomista, Gilmar Freitas, para quem a aprovação da prorrogação da política de incentivos fiscais vigentes na ZFM (Zona Franca de Manaus), isoladamente, não é suficiente para transpor as inconformidades estruturais e gerenciais do modelo, nem para interiorizar o

Documento, com as propostas elaboradas pela indústria, comércio e agricultura, será entregue aos candidatos ao governo do Amazonas



Ataliba David, Nelson Azevedo e Carlos Rosas num mesmo objetivo

crescimento econômico.

“Além da complexidade logística e deficiência de infraestrutura, que oneram intensamente os custos de produção, os problemas político-administrativos vêm prejudicando as atividades produtivas e inviabilizando a implantação de novos empreendimentos, praticamente anulando as vantagens fiscais constitucionalmente garantidas com exclusividade

à ZFM”, disse Freitas.

A suspensão de qualquer modificação na lei 2826/2003, até que seja debatida definitivamente a reforma Tributária que tramita no congresso, é levantada pelo economista como essencial para o estímulo e recuperação econômica no Estado. Na proposta de reforma Tributária em tramitação na Câmara dos Deputados, segundo ele, não existe qualquer

referência à ZFM, e nem qual seria a compensação tributária em substituição às mesmas.

O presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas), Ataliba David Antônio Filho, destacou a segurança como um dos itens primordiais em Manaus. “O comércio hoje se ressent bastante do item segurança, inclusive, com a carga horária diminuída em função do problema”, pontuou ele.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Construção civil volta à recessão e puxa investimentos para o vermelho

Veículo: Economia ao Minuto

Data: 31.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.noticiasao minuto.com.br/economia/645653/construcao-civil-volta-a-recessao-e-puxa-investimentos-para-o-vermelho>

Construção civil volta à recessão e puxa investimentos para o vermelho

Setor caiu 0,8% no segundo trimestre e investimentos recuaram 1,8%



A construção civil voltou à recessão no segundo trimestre, informou nesta sexta-feira (31) o IBGE. Depois de um primeiro trimestre no vermelho, a atividade voltou a cair entre abril e junho, configurando uma recessão técnica (dois trimestres seguidos no negativo).

PUB

A construção caiu 0,8% no segundo trimestre, ante os primeiros três meses do ano. Em relação ao mesmo período do ano passado, a queda foi de 1,1%. Os números confirmam que o setor ainda não conseguiu se recuperar da recessão, quando caiu quase 15% (em 2015 e 2016).

[+ PIB cresce 0,2% no 2º trimestre; indústria cai 0,6%](#)

O recuo da construção contaminou os números da indústria, pois é um dos segmentos que integram o setor, e também os dos investimentos - responde por mais da metade da conta de investimentos no PIB (Produto Interno Bruto).

Depois de quatro trimestres seguidos no positivo, o investimento voltou a cair de abril a junho deste ano. O IBGE informou que o investimento caiu 1,8% no segundo trimestre, em comparação com os primeiros três meses do ano. Em relação ao mesmo período do ano passado, quando o país começava a sair da recessão, houve uma alta de 3,7%, em razão da baixa base de comparação.

O investimento é uma variável muito volátil, pois depende da disposição do empresário e de sua confiança no futuro da economia.

A greve dos caminhoneiros, no fim de maio, porém, derrubou os indicadores de confiança tanto de empresários quanto de consumidores.

Em julho, passado o pior momento, os indicadores tiveram uma leve melhora, mas o baque teve efeito determinante no potencial de crescimento da economia brasileira neste ano, segundo os economistas Aloísio Campelo e Viviane Seda, do Ibre/FGV, afetando intenções de investimento e de contratações.

Em seguida, vieram as incertezas das eleições e a volatilidade trazida por ela, manifestada na alta do dólar e na queda das ações das empresas na Bolsa, criando um ambiente instável e hostil ao investimento. Com informações da Folhapress.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Crédito consignado com garantia do FGTS

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 01.09.18

Caderno: Economia

Página: A7

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Crédito consignado com garantia do FGTS

Os trabalhadores do setor privado com carteira assinada em todo o país poderão contatar operações de crédito consignado (com desconto na folha de pagamento) da Caixa Econômica Federal a partir de 26 de setembro com garantia do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). A data foi definida

em reunião entre o presidente do banco, Nelson Antônio de Souza, e o ministro do Trabalho, Caio Vieira de Mello.

Reformulada neste mês, a regulamentação do uso do FGTS como garantia para o crédito consignado proporcionará juros mais baixos para os tomadores. Isso porque os recursos da

conta do trabalhador no fundo cobrirão eventuais calotes, o que reduz o risco para os bancos e permite à Caixa oferecer empréstimos com taxas menores.

Segundo o Ministério do Trabalho, essa linha de financiamento estará à disposição de 36,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Os em-

préstimos poderão ser pedidos em qualquer agência da Caixa.

Desde 2016, a lei 13.313 previa o uso de parte do saldo do FGTS como garantia nas operações de crédito consignado. A modalidade, no entanto, não deslançou porque a falta de regulamentação não trazia segurança para os bancos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Governo prorroga 1ª fase do eSocial para empresas que faturam até R\$ 78 milhões

Veículo: G1

Data: 03.01.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/31/construcao-civil-tem-17-trimestres-de-queda-producao-industrial-caiu-tambem.ghtml>

Governo prorroga 1ª fase do eSocial para empresas que faturam até R\$ 78 milhões

Medida atinge 3 milhões de empregadores e dará mais tempo para o envio de informações; regras não mudam para empresas de grande porte.



Por G1
03/09/2018 12h11 - Atualizado há 1 hora

A primeira fase de implantação do eSocial para **empresas que faturam menos de R\$ 78 milhões** (exceto micro e pequenas e MEIS) teve seu prazo prorrogado até setembro. A data limite anterior era 31 de agosto.

- **Empresas relatam despreparo na implantação do eSocial**
- **Governo cria central de atendimento para o eSocial**

O eSocial é uma ferramenta que reúne os dados trabalhistas, fiscais, previdenciários das empresas em uma só plataforma.

Ainda em implantação, o sistema está sendo adotado aos poucos, antes de passar a ser obrigatório para os 18 milhões de empregadores do país. Antes, somente patrões de empregados domésticos eram obrigados a usar o eSocial.

Novo prazo

O início da segunda fase do programa passou de setembro para o dia 10 de outubro. Nesta fase, os empregadores devem fazer seus cadastros e enviar dados não periódicos dos trabalhadores ao eSocial.

Segundo o governo, o prazo foi estendido para que as empresas tenham mais tempo de prestar informações iniciais e montar suas tabelas. A medida atinge cerca de 3 milhões de empresas.

As empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões deverão continuar enviando todos os eventos para o eSocial.

Empresas no eSocial

Veja abaixo o cronograma de implantação do sistema do governo:

Quem deve aderir	Quando	Quanto faturam
FASE 1		
 Empresas de grande porte	Desde janeiro de 2018	Mais de R\$ 78 mi por ano
FASE 2		
 Empresas de médio porte	Desde 16 de julho 2018	entre R\$ 4,8 mi a R\$ 78 mi por ano
FASE 3		
 Micro e pequenas empresas e MEI com empregados	A partir de novembro de 2018	até R\$ 4,8 mi por ano
FASE 4		
 Setor público	A partir de janeiro de 2019	-

Números do eSocial

Expectativa de reunir:

18 milhões de empregadores



44 milhões de trabalhadores



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Gasto para construir ou reformar com material de construção pode chegar a R\$ 162,5 bilhões em 2018

Veículo: TERRA

Data: 31.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: On-line

Link: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/gasto-para-construir-ou-reformar-com-material-de-construcao-pode-chegar-a-r-1625-bilhoes-em-2018,21f331a8df82140ca461d16ebaeac064bn5mxsv2.html>

DINO

Gasto para construir ou reformar com material de construção pode chegar a R\$ 162,5 bilhões em 2018

31 AGO 2018 15h15 atualizado às 17h19

O setor de Construção Civil está mais confiante e avança a cada dia. Isso acontece por conta da melhora na economia e o avanço do mercado imobiliário. Conforme pesquisa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em 2017, o aumento em lançamentos residenciais verticais foi de 5,2% em comparação ao ano anterior, que alcançou 9,4% nas vendas.

A instituição relata que o mercado imobiliário tem mostrado resultados muito relevantes em 2018. Apresentando 10% referentes às vendas no primeiro trimestre desse ano, a previsão é de que o setor seguirá neste movimento até o final do ano.

A CBIC aponta elementos como novas formas de financiamento, baixa da inflação, avanços nas oportunidades de empregos e maior agilidade no crédito imobiliário. Já que o volume das vendas superou a demanda de lançamentos de imóveis, os estoques tiveram uma redução que alavancou o aumento dos preços.

A Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco) diz que o mercado conta com 220 milhões de consumidores e a falta de habitação residencial contribui ainda mais para o setor de construção seguir com o seu crescimento.

Setor de máquinas é favorecido pelo mercado imobiliário

Com o grande avanço do mercado imobiliário, o setor de equipamentos e máquinas voltado para construção alavancou. Na contra partida, o agronegócio e a baixa da oferta têm dado uma pausa para o setor.

De acordo com a Anamaco, depois de longos cinco anos de queda, a indústria brasileira de máquinas poderá aumentar entre 10% e 15% nesse ano de 2018. A instituição afirma que o setor precisa apostar na infraestrutura nos anos futuros, se quiser continuar expandindo no Brasil.

A escolha das máquinas e equipamentos é primordial para a Construção Civil

Mesmo com o avanço do setor, é necessário, antes de investir em máquinas e em equipamentos, realizar um bom planejamento, pois isso poderá ajudar. Um dos caminhos é começar cotando valores, uma vez que os custos não serão tão baixos. Outro fator muito importante é saber escolher todos os maquinários.

A escolha dos equipamentos deve ser feita de acordo com a atividade que será desenvolvida, pois é muito importante que seja adequado para tal tarefa, já que todos os cuidados devem ser tomados, uma vez que se trata de Construção Civil.




No entanto, faz-se necessário levar em consideração que nem sempre as condições de um terreno são boas. Nesse caso, por exemplo, o equipamento mais adequado são as empilhadeiras, portanto cabe ao comprador fazer todo o levantamento das necessidades do local, para, então, investir no maquinário adequado.

Segundo os dados informados no estudo, os modelos recomendados para canteiros de obras devem ser os mais potentes em estrutura e que sejam capazes de mover cargas paletizadas. Outras máquinas que podem ser usadas são as pneumáticas, pois elas oferecem mais segurança à carga.

Antes de comprar máquinas e equipamentos para construção, o ideal é pesquisar o produto e os valores com diversos fornecedores, já que se trata de um alto investimento. Há, no mercado, empresas com produtos de excelente qualidade e bom preço, e como exemplo podemos mencionar a Profinalle.

A Profinalle uma empresa especializada em molduras e rodapé e molduras para fachadas de prédio em EPS Isopor. A instituição atua há 22 anos no mercado e uma de suas prioridades é a de cumprir com o que promete, dando prioridade aos prazos de entrega e ao atendimento de ótima qualidade a todos os seus clientes.

Website: <https://www.profinalle.com.br/loja>



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mercado reduz estimativa de inflação e crescimento da economia

Veículo: Agência Brasil

Data: 03.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/mercado-reduz-estimativa-de-inflacao-e-projecao-do-pib-para-este-ano>

Economia

Mercado reduz estimativa de inflação e crescimento da economia

Publicado em 03/09/2018 - 09:10 Por Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil  Brasília

Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) reduziram a estimativa de crescimento da economia e da inflação neste ano. A informação consta do *boletim Focus*, publicado semanalmente pelo BC, com projeções dessas instituições para os principais indicadores econômicos.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,17% para 4,16%, neste ano. Para 2019, a projeção caiu de 4,12% para 4,11%. Para 2020 e 2021, a estimativa permanece em 4% e 3,92%, respectivamente.

Para 2018 e 2019, as estimativas estão abaixo do centro da meta que deve ser perseguida pelo BC neste ano, de 4,5%, com limite inferior de 3% e superior de 6%. Para 2019, a meta é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. Para 2020, a meta é 4% e 2021, 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para os dois anos (2,5% a 5,5% e 2,25% a 5,25%, respectivamente).

Para alcançar a meta de inflação, o BC usa como instrumento a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 6,5% ao ano.



Economia - Marcello Casal Jr./Agência Brasil

De acordo com as instituições financeiras, a Selic deve permanecer em 6,5% ao ano até o final de 2018. Para 2019, a expectativa é de aumento da taxa básica, terminando o período em 8% ao ano e permanecendo nesse patamar em 2020 e 2021.

Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação.

A manutenção da taxa básica de juros, como prevê o mercado financeiro neste ano, indica que o Copom considera as alterações anteriores suficientes para chegar à meta de inflação.

Atividade econômica

A projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – foi reduzida de 1,47% para 1,44% neste ano. Para 2019, 2020 e 2021, a estimativa para o crescimento do PIB continua em 2,5%.

A previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar subiu de R\$ 3,75 para R\$ 3,80 no final deste ano e permanece em R\$ 3,70 no fim de 2019. Para 2020, a estimativa cai para R\$ 3,67 e, no final de 2021, se mantém em R\$ 3,75.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Petrobras aumenta diesel em 13% e gasolina em 1,53% nas refinarias

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 03.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Petrobras aumenta o diesel em 13% e gasolina em 1,53% nas refinarias

O preço médio do óleo diesel nas refinarias da Petrobras em todo o país estão, desde hoje (31), 13,03% mais caro. Com o aumento, o preço do diesel passou de R\$ 2,0316 para R\$ 2,2964.

O aumento acontece um dia após a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) ter anunciado a nova tabela com os preços de referência para a comercialização do diesel nas diversas regiões do país.

É o primeiro aumento do preço do derivado desde junho, quando, em acordo com os caminhoneiros em greve, o governo congelou o preço do produto nas refinarias em R\$ 2,0316 por litro, viabilizado a partir da subvenção oferecida no âmbito das negociações que levaram ao fim da greve da categoria.

A nova tabela passou a valer a partir de hoje (31) e implicará em aumento nas bombas. Pela tabela da ANP, o maior preço praticado para o óleo diesel vai vigorar na região Centro-Oeste, onde o preço do produto vai passar de R\$ 2,1055 para R\$ R\$ 2,4094, alta de mais de 14%.

Ao divulgar a tabela com o reajuste, a ANP ressaltou o

fato de que “os novos valores refletem os aumentos dos preços internacionais do diesel e do câmbio no último mês”.

Gasolina

A Petrobras também anunciou aumento de 1,53% no preço do litro da gasolina nas refinarias, que passará a partir de amanhã dos R\$ R\$ 2,1375 para R\$ 2,1704.

É o valor mais caro cobrado pelo preço do litro da gasolina desde junho do ano passado, quando a Petrobras mudou a sua política de preços e passou a acompanhar as oscilações do preço da commodity no mercado externo.

A Petrobras lembra que, “os preços médios informados consideram a média aritmética nacional dos preços à vista, sem encargos e sem tributos, praticados na modalidade de venda padrão nos diversos pontos de fornecimento, que variam ao longo do território nacional, para mais ou para menos em relação à média. Essa variação pode ser de até 12% para gasolina A”.

Fecombustível

A Fecombustível (Federação Nacional do Comércio de

Combustíveis e de Lubrificantes) disse hoje, em nota, que a tabela divulgada pela ANP com aumentos diferenciados por região no preço do litro do óleo diesel “compromete o preço [final] do diesel ao consumidor, promovido pelo programa de subvenção, que poderá ser impactado”. É lembra que o congelamento do preço de referência do produto “foi uma decisão do governo”, para encerrar a paralisação dos caminhoneiros, que aconteceu em maio.

“Para não causar prejuízos às refinarias e distribuidoras, na ocasião foi instituído um subsídio de R\$ 0,30 por litro do combustível até o dia 31 de dezembro deste ano. Porém, com a mudança do cenário econômico, os preços de referência foram revistos, e o desconto não atingirá mais o patamar de R\$ 0,30 por litro”, diz a federação.

A Fecombustíveis ressaltou o fato de que “o mercado é livre e competitivo em todos os segmentos, cabendo a cada posto revendedor decidir se irá repassar ou não os aumentos ao consumidor, bem como em qual percentual, de acordo com suas estruturas de custo”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Projetos de construção civil são beneficiados pelo uso de drones

Veículo: Estadão

Data: 03.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

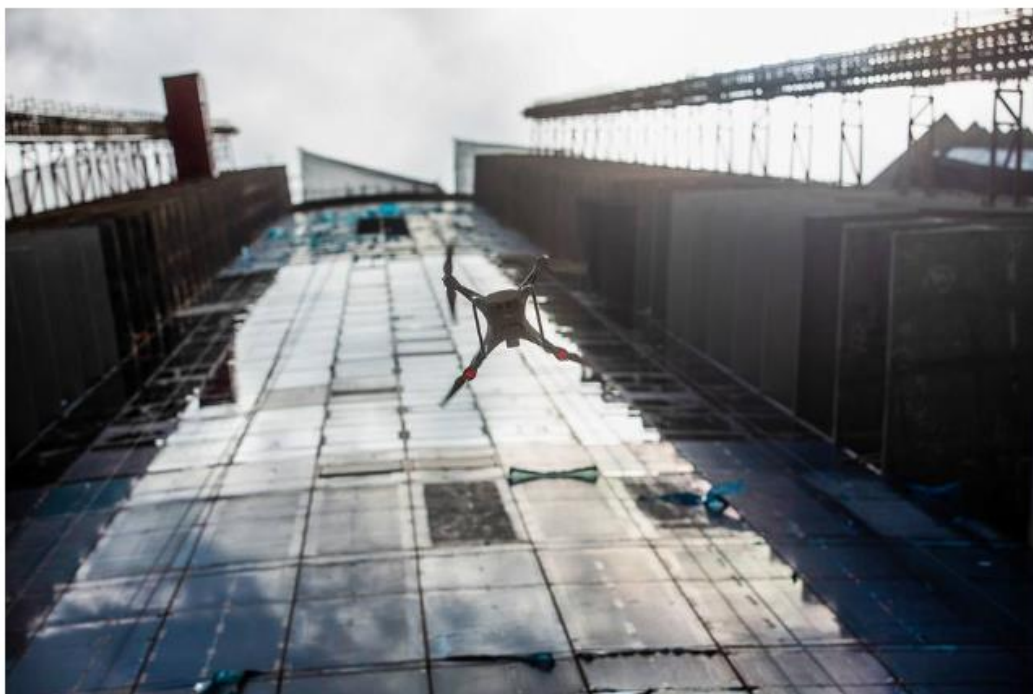
Link: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,projetos-de-construcao-civil-sao-beneficiados-pelo-uso-de-drones,70002472739>

Projetos de construção civil são beneficiados pelo uso de drones

Tecnologia é capaz de melhorar a segurança dos trabalhadores e reduzir custos

Na capacidade de comandante de uma dinastia de produtores de vinhos com mais de 700 anos, Lamberto Frescobaldi está supervisionando um projeto de construção em uma de suas vinícolas da Toscana usando uma tecnologia que seus ancestrais considerariam de outro mundo: drones em altitudes elevadas.

Onipresentes enquanto brinquedos dos aficionados por tecnologia, e às vezes usados para fins como espionar e depositar explosivos, os drones se tornaram ferramentas indispensáveis para os setores da construção civil e imobiliário. Seu custo relativamente baixo e sua facilidade de manuseio aumentaram a eficiência dos arquitetos, paisagistas, topógrafos, construtores e engenheiros estruturais.



Drone escala os 58 andares da torre Paramount, em Miami, para inspecionar a vedação das janelas. Antes dessa tecnologia, os trabalhadores tinham que fazer esse trabalho pessoalmente usando plataformas móveis
Foto: Saul Martinez para The New York Times

Com o uso de um drone sobrevoando a vinícola de Perano na região de Chianti, ao sul de Florença, Frescobaldi consegue acompanhar o progresso da construção de um jardim de 2,3 mil metros quadrados no alto de um de seus armazéns de maturação. O jardim no telhado se destina à degustação de vinho, uma estratégia de marketing fundamental para essa empresa, Marchesi Frescobaldi.

O paisagista Richard Shelbourne, que assina o projeto do jardim, disse que as imagens feitas com drone ajudaram a refinar o projeto. “O desenho do jardim, que nasceu na minha cabeça e foi então calculado e posto no papel, pôde então ser visto em tamanho real a partir do ar, e todas as linhas e curvas estavam no lugar certo”, disse ele.

O drone permitiu que os envolvidos observassem o trabalho das escavadoras e demais máquinas, acompanhando a construção de pérgolas, fontes e passarelas. Depois de analisar as imagens feitas pelo drone, eles decidiram modificar uma entrada para o jardim.

Pequenos, leves e ágeis, os drones praticamente substituíram os helicópteros, mais caros e menos ágeis, nas tarefas que envolvem inspeção, medidas e geração de imagens de marketing.



John Murphy Jr. e Larry Shueneman operam um drone sobrevoando o Paramount Miami Worldcenter Foto: Saul Martinez para The New York Times

Nos sítios de construção, os drones estão poupando tempo e dinheiro ao proporcionar imagens e mapas digitais que podem ser compartilhados em questão de minutos, disse Mike Winn, diretor executivo da DroneDeploy, empresa de San Francisco que cria software para a operação de drones por meio de dispositivos móveis.

Os drones estão reduzindo o tempo de viagem para executivos ocupados, disse ele. “A diretoria pode acompanhar o que está acontecendo, bem como a equipe de segurança, a equipe de custos, os projetistas - todos podem contribuir com o andamento do projeto sem terem que ir até o local.”

Os drones também podem ajudar a aumentar a segurança. Na era anterior, disse Winn, a medição do telhado de uma casa para a instalação de painéis solares exigia que “alguém subisse até lá com uma trena”, produzindo resultados menos precisos e consistindo num risco, como tudo que envolve alturas.



Imagem feita por um drone dos estágios iniciais da construção de um jardim numa vinícola da Marchesi Frescobaldi, na Toscana Foto: Carlo Frescobaldi

Este risco é ainda maior na construção de arranha-céus, disse John Murphy Jr., empreiteiro do Paramount Miami Worldcenter, condomínio de 58 andares atualmente em construção no centro de Miami.

Antes dos drones, disse Murphy, os trabalhadores que precisavam de acesso ao exterior de um arranha-céu usavam andaimes móveis para descer pela lateral do prédio, em pequenas plataformas presas com cabos.



“Podemos certamente reduzir a exposição dos trabalhadores ao risco de queda”, disse Murphy, que, numa tarde recente, supervisionava uma inspeção com drones verificando as janelas. A câmera do drone buscava possíveis vazamentos, infiltrações e “outros detalhes que não podemos observar a partir do interior de uma construção”. Anteriormente, o drone foi usado para verificar a qualidade dos conectores de aço de uma ponte que une a torre principal a uma estrutura usada como estacionamento.



Larry Shueneman, da Coastal Construction, opera um drone sobre a construção da torre Paramount Foto: Saul Martinez para The New York Times

Habitualmente, a utilidade dos drones começa bem antes da construção dos alicerces. Eles ajudam os arquitetos a decidirem onde serão construídos os novos edifícios. E, no hotel Foundry, de 87 andares, localizado no centro de Asheville, Carolina do Norte, a incorporadora usou um drone para calcular com precisão a altura e a posição de uma varanda no quarto andar para aproveitar melhor a vista.

Alexandros D. Papapieris, diretor de desenvolvimento da McCall Capital, que está convertendo um prédio de escritórios de 1925 em Bristol, Virgínia, no hotel Bristol, de 65 andares, disse que os drones simplificaram a venda do projeto. “Todos gostam de uma boa sequência de imagens aéreas”, disse ele. “Os drones permitiram que mostrássemos aos investidores claros exemplos das nossas ideias.”

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Salário mínimo pode ser de R\$1.006 em 2019

Veículo: Em Tempo

Data: 01.09.18

Caderno: Economia

Página: 17

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Salário mínimo pode ser de **R\$ 1006 em 2019**



Valor do salário mínimo que efetivamente será praticado só será definido no início do próximo ano

Projeção está acima da feita na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estimava benefício em R\$ 1.002

Agência Brasil - O aumento das estimativas de inflação fez o governo revisar para cima o valor do salário mínimo para o próximo ano. A proposta do Orçamento Geral da União para 2019, enviada na última sexta-feira (31) ao Congresso Nacional, fixou em R\$ 1.006 o salário mínimo para o primeiro ano do próximo governo.

Em 2019, a fórmula atual de reajuste será aplicada pela última vez. Pela regra, o mínimo deve ser corrigido pela

inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) dos dois anos anteriores.

De acordo com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, o valor do mínimo foi revisado para cima, porque a estimativa de inflação pelo INPC em 2018 passou de 3,3% para 4,2%. O INPC mede a variação de preços das famílias mais pobres, com

renda mensal de um a cinco salários mínimos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que fixa parâmetros para o Orçamento do ano seguinte, estabeleceu o salário mínimo em R\$ 998. A previsão considerou o crescimento de 1% do PIB de 2017 mais estimativa de inflação pelo INPC

de 3,3%. Inicialmente, o governo tinha proposto salário mínimo de R\$ 1.002.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Manaus recebe a primeira Pós-Graduação da Região Norte em Pavimentação de Estradas e Rodovias

Veículo: Assessoria ESP

Data: 29.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Manaus recebe a primeira Pós-Graduação da Região Norte em Pavimentação de Estradas e Rodovias

As estradas e rodovias são os principais meios de fluxos de bens e pessoas no Brasil. No entanto, a qualidade delas deixa a desejar. Os problemas são diversos, e o que se vê nas estradas são buracos, trincas, ondulações e fissuras. O mercado de trabalho nessa área é escasso de profissionais que possam implementar novas tecnologias para fomentar o desenvolvimento das estradas.

Em Manaus, a busca por uma especialização em pavimentação que pudesse atender a grande demanda da região foi um dos motivos para o ESP Amazonas trazer a primeira Pós-Graduação em Pavimentação de Estradas e Rodovias. O curso estava previsto para janeiro de 2019, no entanto, a grande procura pela Pós-Graduação foi a razão da antecipação para setembro deste ano, segundo Rodrigo Guirado, Gerente de Marketing da Instituição, as vagas para essa especialização estão quase esgotadas e eles estudam abrir uma segunda turma para dezembro de 2018.

Oportunidade para Engenheiros de Manaus

O ESP Amazonas trouxe para a Região Norte a primeira Pós-Graduação em Manaus na área de Pavimentação de Estradas e Rodovias. O Curso será oferecido para Engenheiros Civis, Químicos, Mecânicos, de Materiais e de Produção. Segundo o coordenador do curso, Cláudio Dubeux, a intenção é especializar os Engenheiros que já trabalham na área ou que desejam trabalhar "Neste curso, de Pós-Graduação, o aluno terá muito conteúdo técnico das diversas disciplinas da pavimentação a partir da visão de profissionais que atuam no mercado de trabalho".

A Região Norte é carente tanto de rodovias com pavimentação, quanto com a qualidade que as mesmas se encontram. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT) 75% das rodovias da Região Norte são consideradas regulares, ruins ou péssimas. Além disso, a escassez de profissionais locais qualificados é preocupante, pois esse procedimento é fundamental para o desenvolvimento da região que necessita de inteligência e conhecimento específico para atingir os resultados desejados.

Há uma procura muito grande para construir mais entradas e revitalizar aquelas que já existem. Para resolver questões como essa, de infraestrutura logística brasileira, é essencial entender como funciona o processo de Pavimentação de Estradas e Rodovias. Por isso, houve essa necessidade de trazer para Manaus um curso que envolvesse técnica e conceitos inovadores para pavimentação.

O curso é uma ótima opção para quem quer estar à frente no mercado de trabalho, é também é uma alternativa para sair do tradicional e trabalhar em um segmento muito promissor no país.

Por que se especializar em Pavimentação?

Em algum momento você deve ter questionado por que a durabilidade da pavimentação nas rodovias é tão baixa, a resposta para isso é bem simples: metodologias de pavimentação rodoviária ultrapassadas e falta de conhecimento específico.

O Brasil, comparado a outros países como Japão e Estados Unidos, tem uma qualidade inferior de pavimentação nas rodovias, além da grande quantidade de estradas não pavimentadas. Essa falta de serviço adequado recai também sobre outros serviços como o frete dos produtos, quanto mais estradas esburacadas ou sem pavimentação mais manutenções o veículo fará e isso resulta em um frete mais caro.

A pavimentação no Brasil é executada com asfalto e tem uma estimativa de duração de 8 a 12 anos, de acordo com a CNT. No entanto, a realidade dessa durabilidade é bem diferente, em alguns casos, poucos meses são necessários para apresentar problemas na estruturação. Isso se dá pela falta de investimento, conhecimento técnico, manutenção das rodovias, fiscalização das obras e gerenciamento adequado.

Apesar do Brasil estar atrasado uns 40 anos em metodologias rodoviárias e de conservação, segundo a última pesquisa da CNT divulgada no dia 24 de agosto. O Engenheiro Civil, Cláudio Dubeux, comenta que ainda há soluções para esse problema tão recorrente nas estradas do país e visa um mercado que tem muita demanda, porém poucos especialistas na área "As rodovias têm uma carência muito grande no Brasil. Muitas estradas ainda precisam ser implantadas ou pavimentadas. O mercado de pavimentação de vias tem um potencial muito grande para um futuro próximo, no entanto, tem muita escassez de bons profissionais. Portanto, esta é uma ótima oportunidade para se capacitar nesta área tão carente".



Foto: Reprodução Confederação Nacional do Transporte (CNT)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Sem investimento, construção civil confirma depressão e puxa PIB para baixo

Veículo: CBIC Mais

Data: 31.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC_newsletter_154.pdf

SEM INVESTIMENTO, CONSTRUÇÃO CIVIL CONFIRMA DEPRESSÃO E PUXA PIB PARA BAIXO

DIRIGENTES E EMPRESÁRIOS REAFIRMAM PREOCUPAÇÃO COM DESEMPENHO NEGATIVO DO SETOR



A construção civil fechou em julho o 17º trimestre consecutivo de retração, na comparação contra o mesmo trimestre do ano anterior, e encolheu em todas as bases observadas no segundo trimestre para medir o desempenho da economia. Mais uma vez, o setor que responde por mais de 50% do investimento no País ficou fora do movimento continuado de recuperação da economia, que cresceu 0.2% neste trimestre. Resultado do PIB divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) corrobora posicionamento do setor, que tem cobrado do governo federal a adoção de medidas para melhorar o ambiente de negócios, especialmente no campo da segurança jurídica, e ampliar o acesso ao crédito para que as empresas possam voltar a empreender. "O investimento caiu 1,8% e sem investimento nosso setor paralisa a economia e o Brasil não avança", comenta José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

O investimento não se sustenta sem a participação da construção. O crescimento recente ainda não é sustentável, pois tem por base exclusivamente o consumo das famílias, e sem novos postos de trabalho provenientes do aumento do investimento em

construção, o consumo também não se manterá.

Isso fica ainda mais claro, segundo Martins, quando considerado o desempenho do mercado imobiliário, que registrou crescimento no segundo trimestre. "Esse setor, hoje, tem sido alavancado por recursos do FGTS e caminha para a recuperação", diz Martins. Estudo divulgado pela CBIC indica o aumento de 32,1% nas vendas de imóveis. "Nós temos alertado que a recuperação da economia não virá pela receita tradicional de estímulo ao consumo", frisa o presidente da CBIC. "É preciso retomar o investimento para podermos gerar empregos, construindo um crescimento sustentável".

Período de comparação	Indicadores (%)					
	PIB	CONSTRUÇÃO	INDÚSTRIA	PIB (BIBET)	CONSUMO FAMILIAR	CONSUMO GOVERNO
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	0,2	-0,8	-0,6	-1,8	0,1	0,5
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior (sem ajuste sazonal)	1,0	-1,1	1,2	3,7	1,7	0,1
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	1,4	-2,4	1,4	2,6	2,3	-0,4
1) Acumulado no Longo do Ano (Acumulado no Semestre)	1,1	-1,7	1,4	3,6	2,3	-0,3

Taxa de investimento (PIB/PIB) 2º Tr 2018 = 19,8%
Taxa de poupança (PIB/PIB) 2º Tr 2018 = 16,4%
Indústria da Construção representa 4,9% do Valor Adicionado a Preços Básicos
Indústria da Construção representa 23,0% do Valor Adicionado a Preços Básicos da Indústria

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Construção civil e judiciário debatem distratos no mercado imobiliário

Veículo: CBIC Mais

Data: 31.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC_newsletter_154.pdf

CONSTRUÇÃO CIVIL E JUDICIÁRIO DEBATEM DISTRATOS NO MERCADO IMOBILIÁRIO

SEMINÁRIO REUNIU MINISTROS DO STJ EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A QUESTÃO

Assessoria de Imprensa do Sinduscon-RN



Uma das questões que mais têm imposto perdas ao mercado da construção civil nos últimos quatro anos, os distratos imobiliários -desistência da compra de imóveis negociados na planta- foi discutida nesta sexta-feira (31/08), na Casa da Indústria, em Natal/

RN, durante o seminário "O Distrato na Incorporação Imobiliária e a Segurança Jurídica", com a participação dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo de Tarso Sanseverino, Marcelo Ribeiro Dantas e Gurgel de Faria, do desembargador Nei Belo, de juízes, advoga-

dos, membros do Ministério Público (MP), especialistas e empresários. “Não temos nada contra quem compra para investir. Mas é preciso levar em conta que, nesse caso, essa pessoa deve assumir os riscos que são inerentes ao mercado. É preciso, portanto, separar o joio do trigo”, explicou o presidente do Sinduscon-RN, Arnaldo Gaspar Júnior, chamando atenção para as consequências negativas em cadeia gerada pelo distrato.

Promovido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Norte (Sinduscon-RN) e pela Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (AMARN). O objetivo do evento foi buscar esclarecer e debater alternativas para uma questão complexa e sobre a qual existe muita desinformação e distorção. Uma dessas distorções, segundo Arnaldo Gaspar Júnior, é a que confunde a pessoa que comprou seu imóvel para residir e o investidor que, no boom imobiliário, comprou três, quatro imóveis na planta, para vender dois anos depois por um valor superior e quando algo deu errado bateu à porta da Justiça para rasgar o contrato.

“Você compra um imóvel que leva dois anos, dois anos e meio para ser construído; tem uma fase de lançamento; um corretor envolvido nessa transação imobiliária; um financiamento, e na hora em que você tem um distrato, toda essa cadeia é afetada e isso traz consequências graves para o mercado como um todo. E você tem a frustração da pessoa que comprou o imóvel e não pode mais pagar”, disse Arnaldo Gaspar Júnior.

O presidente da AMARN, Herval Sampaio, avaliou como positiva a parceria com o Sinduscon para realizar o evento. “Foi uma alegria e satisfação está ao lado do Sinduscon nessa discussão tão boa para que a gente possa aprofundar a preocupação com a temática”.

Herval Sampaio salientou a preocupação com a segurança jurídica de um modo geral, que envolve todos que de algum modo interagem, participam de negócios jurídicos e em especial, que envolve os empreendedores imobiliários. “Pelas falas que presenciamos ficou estabelecida a necessidade de um ponto de equilíbrio, como o ministro Paulo de Tarso Sanseverino colocou, entre essa atividade empresarial das construtoras, e o respeito, que em momento nenhum deixou de lado o respeito que se deve ter, indiscutível, ao direito do consumidor, inclusive a tutela constitucional do consumidor”, afirmou o presidente da AMARN.

Para Herval Sampaio, o distrato deve ser analisado sob todas as nuances, e não somente um lado. “Isso que foi



Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC

importante hoje aqui neste encontro, porque se viu ambos os lados, a situação atual, como a jurisprudência vê o tema e principalmente, na palestra final, se viu um horizonte, uma perspectiva do que verdadeiramente a gente pode ter”.

Segundo o magistrado, o ideal é que é a lei que está tramitando no Congresso Nacional atenda às construtoras e consumidores. “Que esta lei possa ter a almejada segurança jurídica e que essa relação fique melhor para ambos os lados, que é evidentemente, o que o direito deve tutelar.”

O presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Celso Petrucci, que apresentou a palestra sobre “O mercado imobiliário, sua estruturação e funcionamento”, avaliou como excelente o seminário, “em razão das manifestações dos ministros do STJ e a exposição que a gente pôde fazer dos efeitos nefastos que os distratos estão trazendo para o mercado imobiliário”. Ele expôs de forma didática as consequências dos distratos.

Segundo ele, foi mais um passo para que se possa dar uma solução definitiva para os distratos. “O ministro Paulo de Tarso fez uma avaliação sobre a lei que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e que a gente acredita que ainda pode ser negociada no Senado e ir para sanção presidencial este ano. Seguramente, esta lei passará mais segurança para o mercado, tanto para o comprador quanto para os incorporadores imobiliários”, mencionou Petrucci.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Indústria da construção comemora decisão do STF sobre terceirização irrestrita

Veículo: CBIC Mais

Data: 31.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC_newsletter_154.pdf

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO COMEMORA DECISÃO DO STF SOBRE TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA

DELIBERAÇÃO GARANTE MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA E MELHORIA NO AMBIENTE DE NEGÓCIO DAS EMPRESAS



Em sessão do STF, ministros decidem autorizar terceirização irrestrita

Numa sentença considerada histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem (30/08), por 7 votos a 4, autorizar a terceirização irrestrita para as empresas (atividades-meio e fim), mantendo a responsabilidade subsidiária da contratante. "Com certeza é mais um passo na busca de maior segurança jurídica e melhoria dos ambientes de negócios nas empresas do Brasil, especialmente as do setor da construção", destaca o presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Fernando Guedes Ferreira Filho. "A

decisão acaba com uma discussão que já não fazia o menor sentido para a economia moderna e muito menos para a indústria da construção, considerando que o setor tradicionalmente subempreita as suas atividades", completa.

As técnicas construtivas atuais implicam na terceirização de boa parte das atividades do setor e a decisão do STF demonstra que os ministros estão atentos com a economia moderna, onde as cadeias de produção são verticalizadas. Antes da Lei 13.429/2017

(Lei da Terceirização), que regulamenta os serviços terceirizados no Brasil e amplia o tempo de contratação de trabalhadores temporários – sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, em abril do ano passado –, não existia uma regulamentação específica. A única regra que existia era uma orientação, por meio da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que textualmente vedava a terceirização de serviços correspondentes a atividades-fim do contratante, permitindo somente para as atividades-meio.

O julgamento foi referente a duas ações anteriores à reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) e à Lei de Terceirização, e eram relacionadas à mencionada Súmula 331. De imediato, cerca de 4 mil processos trabalhistas serão destravados. “A terceirização foi regulamentada, mas ainda estavam pendentes os fatos ocorridos antes da entrada em vigor da nova lei, o que foi abordado nessa discussão do STF”, destaca Fernando Guedes.

“Com a entrada em vigor da Lei da Terceirização em 2017, a discussão tinha praticamente se esgotado, apesar de que ainda havia o debate sobre a constitucionalidade da prática, mesmo com regulamentação legislativa. Mas a decisão do Supremo deixou o indicativo de que, se ela não era vedada antes da entrada em vigor da lei, não há como ela ser questionada agora”, diz.

Julgamento

Além da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, que reforçou que a terceirização não é a causa da precarização do trabalho, votaram a favor da terceirização irrestrita os ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, além dos relatores Luís Roberto Barroso e Luiz Fux.

Já os ministros Marco Aurélio, Luiz Edson Fachin, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski se posicionaram contrários à terceirização da atividade-fim. Confira a seguir, a posição de alguns deles:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

A decisão mantém a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. No caso de não-pagamento de direitos trabalhistas, o tomador de serviço será o responsável. Por isso, a CBIC alerta as empresas sobre a importância da fiscalização e do cumprimento das suas obrigações trabalhistas.

O **Guia Contrate Certo – Guia para a contratação de empreiteiros e subempreiteiros na construção civil** da CBIC, realizado pela CPRT/CBIC, com a correalização do Sesi Nacional, é uma importante ferramenta de apoio. O material orienta as construtoras sobre como fazer a gestão jurídica e trabalhista dos seus terceirizados na contratação de serviços na modalidade de empreitada e subempreitada, pautado pela garantia do direito do trabalhador e pelo fomento da segurança jurídica do empreendedor, âncoras das melhores práticas empresariais.

“O Guia Contrate Certo apresenta o conhecimento necessário para que as empresas da construção civil continuem trilhando o caminho do respeito às leis e à proteção ao trabalhador, que sempre pautaram sua atuação”, aponta o presidente da CBIC, José Carlos Martins. Para acessar o Guia, [clique aqui](#).



"Com a proibição da terceirização nós teríamos talvez uma possibilidade de as empresas deixarem de criar postos de trabalho e, portanto, aumentar a condição de não-emprego e o não-emprego é uma das formas de indignidade maior contra aquele que está em condições de trabalhar, precisa do emprego, procura o emprego e faz com que o seu trabalho dê sentido a sua vida", disse a **ministra Cármen Lúcia, presidente do STF.**



"No momento em que há 13 milhões de desempregados e 37 milhões de trabalhadores na informalidade é preciso considerar as opções disponíveis sem preconceitos ideológicos e sem apego a dogmas antigos", destacou o **ministro Luís Roberto Barroso.**



"A dicotomia entre a atividade fim e atividade meio é imprecisa, artificial e ignora a dinâmica da economia moderna, caracterizada pela especialização e divisão de tarefas com vistas a maior eficiência possível", mencionou o **ministro Luiz Fux.**



"O impedimento absoluto da terceirização trará prejuízos ao trabalhador, pois certamente implicará a redução dos postos de trabalho formal criados em decorrência da ampliação da terceirização nos últimos anos", destacou o **ministro Celso de Mello.**



"Não é possível impor uma única forma de organização empresarial, e cada empreendedor pode estabelecer fluxo de produção dentro de sua empresa", disse o **ministro Alexandre de Moraes.**



"Vivemos hoje num mundo globalizado. Não é mais o mundo do início do enunciado, de 1986, que dizia respeito às leis específicas da época"... "Isso não quer dizer que temos de ir à precarização das relações de trabalho e à desproteção do trabalhador. Mas é uma realidade econômica e social que perpassa todos os países industrializados, e o Brasil é um deles", afirmou o **ministro Dias Toffoli.**



"Julgo inválida as contratações de mão de obra terceirizada na atividade-fim das empresas, especialmente em se considerando que esse cabedal normativo cabe, como efetivamente depois o exercitou, ao poder competente, o Poder Legislativo", disse o **ministro Luiz Edson Fachin.**



"O aparato jurídico desenvolvido na CLT e aperfeiçoado pela Constituição de 1988 foi o que conduziu ao tratamento jurídico do tema", ressaltou a **ministra Rosa Weber** "A rarefação de direitos trabalhistas nas relações terceirizadas vulnerabiliza os trabalhadores a ponto de os expor, de forma mais corriqueira, a formas de exploração extremas e ofensivas a seus direitos".



Mais noticias

CBIC Mais

[Informativo da Indústria da Construção Newsletter :: Edição 154 :: 31/08/2018](#)

TERRA

[Transformação digital chega ao mercado imobiliário e influencia a gestão do processo de vendas](#)

Estadão

[Por que fundo imobiliário pode ser boa opção nesse momento](#)

AGENDA

SETEMBRO

11 – Seminário Revisão do Sinapi

20 – I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura



I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Objetivo: apresentar aos profissionais de engenharia e arquitetura que atuam na elaboração de projetos, execução de obras, tecnologias industriais e agrícolas a questão social e ambiental, bem como suas certificações.

- DIA: 20.09 ÀS 19:00
- LOCAL: AUDITÓRIO CETAM - DOM PEDRO I - MANAUS- AM
- FACILITADOR: SR. TAKASHI YAMAUCHI (MEMBRO ISO E ABNT)

PARTICIPE É GRATUITO!

PATROCÍNIO

+Babbel

REALIZAÇÃO



APOIO



SEMINÁRIO REVISÃO DO SINAPI

SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E
ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL



'ORÇAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS'

O SINDUSCON-AM, em parceria com Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), promove o Seminário sobre Revisão do Sinapi. Gerenciado pela Caixa Econômica Federal, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) é uma ferramenta para previsão orçamentária e planejamento de programas governamentais que envolvam execução de obras.

PUBLICO ALVO

- Dirigentes de construtoras e orçamentistas, engenheiros e arquitetos
- Contratantes de obras da União, do Estado e Município
- Representantes regionais da Caixa no Estado
- Representantes dos organismos fiscalizadores e normalizadores (CREA, TCE, Ministério Público e Polícia Federal).

PALESTRANTES

- Geraldo de Paula Eduardo – engenheiro civil, consultor da COP/CBIC e gestor do Projeto de Revisão do Sinapi pela CBIC
- Luciana Andrade – engenheira civil, responsável pela Área de Orçamentos do SINDUSCON-PE
- Mauro Fernando Martins de Castro – arquiteto e gerente executivo do Sinapi da Caixa Econômica Federal

**11 DE
SETEMBRO**

FIEAM – auditorio Auton
Furtado, Av. Joaquim
Nabuco, nº 1919 – Centro

Horário
18h às 21h

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

- atendimento@sinduscon-am.org.br
- (92) 3622-6525
- (92) 98413-6962

